

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Gustavo Souza de Carvalho

**GESTÃO DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS
EMPRESAS**

Taubaté – SP
2020

Gustavo Souza de Carvalho

GESTÃO DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Angela Maria Ribeiro

**Taubaté – SP
2020**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI
Sistema Integrado de Bibliotecas -SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

C331g Carvalho, Gustavo Souza de
Gestão de custos nas micro e pequenas empresas / Gustavo
Souza de Carvalho. -- Taubaté : 2020.
47 f. : il.

Trabalho (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental,
2020.

Orientação: Profa. Ma. Angela Maria Ribeiro, Departamento
de Gestão e Negócios.

1. Micro e pequenas empresas. 2. Contabilidade de custo. 3.
Gestão de custos. I. Título.

CDD - 658.022

Gustavo Souza de Carvalho

GESTÃO DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Trabalho de Graduação, modalidade de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Ma. Angela Maria Ribeiro

Data: _____

Resultado: _____

COMISSÃO JULGADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

A minha família, pelo suporte, motivação e confiança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha orientadora, Profa. Ma. Angela Maria Ribeiro, por todo direcionamento na elaboração deste trabalho e por me aconselhar à busca constante por melhorias. Me ajudou muito no decorrer desse período, obrigado.

A todos os professores, que contribuíram para minha formação acadêmica durante o curso.

Agradeço também a empresa estudada, que permitiu e proveu de todos recursos possíveis para que o estudo fosse realizado.

Por último, e muito importante, quero agradecer a toda minha família pelo incentivo. Em especial a meus pais, Valdir e Lúcia, ao meu irmão, Guilherme, e ao meu *pet*, Paçoca, que estiveram ao meu lado durante todo tempo, me motivando e fornecendo todo apoio, obrigado.

A todos vocês, serei eternamente grato! Muito obrigado!

Gustavo Carvalho

"No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem feita ou não faz."

Ayrton Senna

CARVALHO, Gustavo Souza de. **GESTÃO DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**. 2020. 47 f. Trabalho de Graduação, modalidade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do Certificado do Título em Bacharel em Ciências Contábeis do Departamento de Gestão de Negócios da Universidade de Taubaté, Taubaté.

Atualmente, as micro e pequenas empresas lutam pela sobrevivência devido ao atual momento econômico e forte concorrência por mercados de atuação, torna-se então indispensável uma gestão eficiente de seus custos. O estudo busca demonstrar como a gestão de custos pode influenciar de maneira positiva no crescimento dessas empresas. Uma vez constatado que as MPEs são grandes geradoras de emprego e renda no país, surge o interesse em compreender seu processo de gestão de custos, e responder ao questionamento da capacidade do custo em fornecer aos tomadores de decisão uma base sólida para a gestão das micro e pequenas empresas. Neste trabalho, foi utilizado o método do estudo de caso, aplicado em uma microempresa fornecedora de matéria-prima para a construção civil, com a ótica da contabilidade de custos buscou-se conhecer os impactos de uma gestão bem aplicada diante de um cenário real. Foi utilizado então o método de custeio por absorção e variável, para em conjunto fornecer informações úteis para empresa. Após a coleta dos dados e realização dos devidos cálculos, foram evidenciados valores para margem de contribuição unitária de seu produto, ponto de equilíbrio e margem de segurança, expressos em valores monetários e quantidade produzida. Desta forma, a empresa toma conhecimento de sua estrutura mínima para operar sem prejuízo, e tem em mãos uma ferramenta que melhor auxilie na busca de melhor investir seus recursos ao buscar o resultado positivo. Ao fim, a resposta ao problema exposto neste trabalho corresponde as expectativas de que sim, a gestão dos custos resulta em benefícios para as micro e pequenas empresas. Concluiu-se então que a gestão dos custos é de suma importância para tomadas de decisão mais assertivas, pois além de tornar mais compreensível o processo, faz com que as escolhas possam ser feitas de modo mais ágil.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas; Contabilidade de custos; Gestão de custos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de um Estudo de Caso.....	16
Figura 2 – Comportamento do Custo Fixo.....	25
Figura 3 – Comportamento do Custo Variável.....	26
Figura 4 – Fluxograma do Custeio por Absorção.....	28
Figura 5 – Principais Componentes da Análise Custo-Volume-Lucro.....	30
Figura 6 – Ponto de Equilíbrio.....	31
Figura 7 – Ponto de Equilíbrio - Fórmulas.....	32
Figura 8 – Vergalhões de Aço 8mm e 10mm.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Gastos da Empresa.....	37
Quadro 2 – Rateio dos Custos da Empresa.....	38
Quadro 3 – Custos Variáveis.....	39
Quadro 4 – Margem de Contribuição.....	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ponto de Equilíbrio Contábil.....	43
--	----

SUMÁRIO

RESUMO.....	07
LISTA DE FIGURAS.....	08
LISTA DE QUADROS.....	09
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
SUMÁRIO.....	11
1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 TEMA DO TRABALHO.....	13
1.2 OBJETIVO DO TRABALHO.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 PROBLEMA.....	14
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	15
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	16
1.6 METODOLOGIA.....	16
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	17
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.1 ENQUADRAMENTO DAS MPES.....	18
2.1.1 Contexto das Micro e Pequenas Empresas no Brasil.....	19
2.1.2 Dificuldades Enfrentadas Pelas MPES.....	19
2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS.....	19
2.2.1 Objetivos da Contabilidade de Custos.....	20
2.2.2 Gastos e Desembolsos.....	20
2.2.3 Custos.....	21
2.2.4 Despesas.....	21
2.2.5 Investimentos.....	22
2.2.6 Perdas.....	22
2.2.7 Desperdício.....	22
2.3 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS.....	23
2.3.1 Custo Direto.....	23
2.3.2 Custo Indireto.....	23

2.3.3 Custo Fixo.....	24
2.3.4 Custo Variável.....	25
2.4 MÉTODOS DE CUSTEIO.....	26
2.4.1 Custeio Variável.....	26
2.4.2 Custeio ABC.....	27
2.4.3 Custeio por Absorção.....	27
2.5 GESTÃO DE CUSTOS.....	29
2.5.1 Margem de Contribuição.....	30
2.5.2 Ponto de Equilíbrio.....	31
2.5.3 Margem de Segurança.....	32
3. ESTUDO DE CASO.....	34
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	34
3.2 MÉTODO DE CUSTEIO UTILIZADO.....	34
3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS.....	35
3.4 COLETA DE DADOS.....	36
3.5 DESCRIÇÃO DOS GASTOS DA EMPRESA.....	37
3.5.1 Rateio dos Custos.....	38
3.5.2 Preço de Venda.....	38
3.5.3 Custo Variável.....	38
3.5.4 Margem de Contribuição.....	39
3.5.5 Ponto de Equilíbrio Contábil.....	40
3.5.6 Margem de Segurança.....	41
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	42
5. CONCLUSÕES.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Atualmente existem pouco mais de 300.000 empresas enquadradas como micro e pequenas empresas no Brasil, responsáveis por empregar ao todo algo próximo de três milhões de pessoas, segundo a Pesquisa Industrial Anual do IBGE (2017). O sucesso dessas empresas, no entanto nem sempre acontece, fatores como alta carga tributária, forte concorrência e elevados índices de inadimplência dificultam sua sobrevivência, mas o planejamento e controle podem ser cruciais para sua manutenção.

Tomar conhecimento de quanto se custou o produto que está vendendo e fazer a gestão de todos os gastos incorridos no decorrer de sua atividade pode ser a chave para o sucesso e crescimento da empresa.

Além disso, o ambiente competitivo atual exige das empresas novas condutas. A indústria tradicional não necessitava de aprimoramento contínuo, mas a indústria moderna é marcada pela máxima eficiência e produtividade, não tolerando desperdícios e gastos desnecessários.

Do mesmo modo convém avaliar os impactos causados pelo controle dos principais elementos do custo industrial: matéria-prima, mão-de-obra e gastos gerais de fabricação. Analisar os custos diretos e indiretos também será pertinente para a composição do valor de determinado produto e posterior diagnóstico sobre viabilidade dele, para então, auxiliar na tomada de decisões.

Com isso, espera-se descobrir o verdadeiro impacto de uma gestão correta dos custos com o foco voltado para as empresas consideradas ME(Microempresa) e EPP (Empresa de Pequeno Porte). Destaca-se neste ponto a expectativa de que o impacto seja positivo e um potencial a ser explorado pelos gestores e tomadores de decisões.

1.1 TEMA DO TRABALHO

A gestão de custos costuma ser um contratempo para muitas empresas, principalmente no que se refere as micro e pequenas empresas, onde há a tendência

de não existirem controles para tal conhecimento, bem como pessoal capacitado para chegar nos resultados desejados. Diante disso, o presente trabalho busca abordar sobre os controles de custos nessas empresas, e discorrer sobre os efeitos promovidos.

1.2 OBJETIVO DO TRABALHO

Segundo o dicionário da língua portuguesa Michaelis (2020), objetivo é “Resultado ou meta que se quer atingir numa ação; alvo, fim, finalidade, objeto, propósito”. O resultado a ser atingido por este trabalho é descrito neste tópico, e vai de acordo com a definição de objetivo apresentada.

1.2.1 Objetivo Geral

Apresentar os reflexos na gestão ao controlar e planejar o custo de produtos para indústria de transformação do porte microempresa e empresa de pequeno porte. Além de demonstrar aos tomadores de decisões, a capacidade do custeio em ser uma ferramenta de crescimento das empresas.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, propõe-se os seguintes objetivos:

- Levantar todos os gastos necessários para dois produtos da empresa;
- Demonstrar a composição de custos diretos e indiretos nos produtos;
- Verificar onde é possível reduzir desperdícios e aumentar a produtividade;
- Avaliar o impacto do custo do produto para a tomada de decisões.

1.3 PROBLEMA

O problema abordado por este trabalho está ligado ao conhecimento do custo de produto levando ao questionamento: o custo fornece aos tomadores de decisão

uma base suficientemente sólida para a gestão das micro e pequenas empresas? Ao refletir sobre a pergunta, podem-se levantar duas hipóteses. Dizer que sim, afinal, grandes empresas tendem a possuir tais controles, e então atrelar o conhecimento do custo ao crescimento da empresa. Bem como, admite-se dizer que, embora possa trazer benefícios, nas micro e pequenas empresas o processo é inviável, pois a realidade dessas empresas é outra, e normalmente não há os mesmos recursos das grandes empresas.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Responsável pela maioria das empresas do país, as micro e pequenas empresas são grandes geradoras de empregos e renda atualmente, segundo o relatório de análise do emprego feita pelo Sebrae (2019) com os dados publicados pelo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados - CAGED, o saldo líquido de geração de empregos apontou 60.750 novos postos de trabalho nos pequenos negócios, enquanto as médias e grandes empresas um saldo negativo de 25.751 postos de trabalhos encerrados.

Prezar por sua manutenção e crescimento é de grande importância para economia do país. Além disso, se tratando especificamente da área da construção civil, está constantemente em alta, o relatório de análise do emprego apontou também um crescimento de 5.583 novos postos de trabalho nas pequenas empresas da construção apenas para o Estado de São Paulo. Tal rótulo cabe também às empresas que fornecem suporte para a área, como o fornecimento de material, a indústria de transformação em São Paulo por sua vez, teve o saldo positivo de 9.114 nas micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2019).

Surge então a necessidade do estudo, para compreender o funcionamento e a gestão dessas instituições, cabendo ao contador apoiar e dar suporte às empresas, com conhecimento e capacitação para atingir os resultados esperados.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo é realizado no município de Pindamonhangaba, localizado na região do Vale do Paraíba do Estado de São Paulo.

Os resultados apresentados refletem dados coletados no mês de julho de 2020. Limita-se a abordar a gestão dos custos das microempresas e empresas de pequeno porte de modo geral, aplicando um estudo de caso a uma microempresa

1.6 METODOLOGIA

Classificar as pesquisas de acordo com seu delineamento é necessário para demonstrar qual tipo de estudo será aplicado e melhor se adapta ao tema escolhido.

Para esta pesquisa, foi adotado o estudo de caso, modelo muito utilizado atualmente que segue critérios sobre a construção e qualidade da pesquisa. A Figura 1 apresenta o processo de um estudo de caso (MARTINS, 2008, p.7).



Figura 1 – Processo de um Estudo de Caso

Fonte: Martins (2008, p.7)

O material a ser utilizado será apresentado através de uma coleta de dados, onde serão analisadas fontes documentais. Também será utilizado consultas em livros e artigos relacionados a área da contabilidade de custos.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está dividido em cinco capítulos, onde será apresentado de maneira lógica o conteúdo da pesquisa.

No primeiro, é introduzido o tema, a questão da pesquisa e seus respectivos objetivos além da importância e estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, encontra-se a apresentação do embasamento teórico, uma revisão bibliográfica com os principais autores relacionados ao tema de estudo e suas respectivas obras utilizadas.

Para o terceiro, estarão presentes os procedimentos utilizados pelo estudo de caso, bem como a coleta de dados.

No quarto capítulo, decorrem as análises das fontes documentais com o objetivo de responder à questão da pesquisa.

Finalizando o trabalho na quinta seção, com as considerações finais do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, será apresentada a literatura responsável pelo embasamento dos assuntos do estudo, apoiando-se em diferentes autores pesquisados e referenciados. É através da revisão da literatura que o trabalho terá seu suporte e validação.

2.1 ENQUADRAMENTO DAS MPES

A definição de micro e pequena empresa é baseada pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. É a lei quem delimita o porte da empresa, cabendo atualmente às microempresas um faturamento igual ou inferior a R\$ 360.000 no ano-calendário, e às empresas de pequeno porte valores inferiores a R\$ 4.800.000 e superiores aos R\$ 360.000.

Cabe ainda, para micro e pequenas empresas, com certas exceções¹, a opção pelo regime do Simples Nacional. Um regime de arrecadação de tributos que visa aplicar aos pequenos negócios uma alíquota mais favorável para sua atividade, além da arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais em uma única guia, facilitando assim seu respectivo controle e cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, são eles:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins);
- Contribuição para o PIS/Pasep;
- Contribuição Patronal Previdenciária (CPP);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
- Imposto sobre Serviços (ISS).

¹ MPES que: participem do capital de outra P.J.; tenham sócio residente no exterior; entre outros.

2.1.1 Contexto das Micro e Pequenas Empresas no Brasil

No Brasil, os pequenos negócios ajudam a mover a economia, produzem riqueza constantemente, empregam milhares de pessoas, além de ser o primeiro passo a todos que sonham em empreender. Em 1985 a participação dessas empresas no PIB brasileiro era de 21%, saltando para 27% em 2011 segundo a pesquisa de Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira (SEBRAE, 2014).

2.1.2 Dificuldades Enfrentadas Pelas MPES

Muitas das micro e pequenas empresas presentes na economia brasileira fecham as portas a cada ano. Mas para quem vai empreender é possível seguir alguns caminhos que diminuam a probabilidade de insucesso. Entre as dificuldades para essas empresas, pode-se destacar a falta de controle financeiro, problemas na relação preço de venda X custo do produto ou mercadoria, e demais aspectos que resultem na falta de informação para uma gestão correta. Para o professor de Administração da ESPM (Gomes, 2012, apud Zuini) o controle financeiro é visto como algo superficial, normalmente as empresas possuem planilhas de contas a pagar e a receber, os quais acreditam serem financeiros, porém são de tesouraria.

2.2 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Décadas atrás a contabilidade de custos era vista como uma ferramenta auxiliar na avaliação de estoques e lucros, não sendo explorada toda sua capacidade de fornecimento de informações relevantes. Todavia, atualmente é considerada uma aliada no planejamento, controle e tomada de decisões gerenciais. Na contabilidade moderna, sistemas de informação vêm sendo criados com o intuito de melhorar o controle dos custos por parte dos tomadores de decisões (MARTINS, 2018).

Ao falar da contabilidade de custos, é importante expor alguns dos principais conceitos de custos antes de serem apresentados os valores a serem analisados e a

que correspondem, visando um melhor entendimento da pesquisa. Serão definidos então, itens como, os objetivos da contabilidade de custos, as principais terminologias, e o método de custeio a ser utilizado no estudo de caso.

2.2.1 Objetivos da Contabilidade de Custos

Parte do sucesso de uma empresa pode depender do conhecimento e controle que se possui sobre os custos de seus produtos, e a contabilidade de custos tem como meta gerar esse conhecimento. Controlar os custos para então auxiliar na tomada de decisão, preços e planejamento da organização é parte essencial da contabilidade de custos, e corresponde a seus principais objetivos.

Segundo Martins (2018) conhecer o custo é fundamental para saber se determinado produto é rentável de acordo com seu preço, e se não for, se é possível reduzir seus custos. Logo, é possível notar a mudança ocorrida quanto ao propósito que se busca da contabilidade de custos, passando de uma ferramenta auxiliar de alguns processos operacionais para uma estratégica de tomada de decisões, ocupando hoje um papel muito mais importante para as empresas.

Martins (2018, p.5) afirma também que:

“Com o significativo aumento de competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, sejam industriais, comerciais ou prestação de serviços, os custos tornam-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa” (MARTINS, 2018, p.5).

2.2.2 Gastos e Desembolsos

Ribeiro (2009) afirma que toda vez que uma entidade pretende obter bens ou adquirir serviços ela está efetuando gastos. Esses gastos poderão corresponder a custos, despesas, investimentos ou perdas, sendo classificados de acordo com cada gasto. É importante ressaltar que todo gasto implica em um desembolso, entretanto o desembolso não interfere na classificação do gasto.

Ainda segundo Ribeiro (2009, p.18), “o desembolso se caracteriza pela entrega do numerário, pode ocorrer antes (pagamento antecipado), no momento (pagamento

à vista) ou depois (pagamento a prazo) da consumação do gasto”. Ou seja, o desembolso é o pagamento resultante da aquisição, é a saída financeira ocorrida.

2.2.3 Custos

Conforme Ribeiro (2009), custos são os gastos com bens ou serviços aplicados diretamente na produção de outros bens. Para compor o custo, é preciso segregar em três principais elementos: matéria-prima, mão de obra direta e gastos gerais de fabricação, descritos nos próximos parágrafos.

A matéria-prima é a substância principal do produto, quaisquer materiais utilizados sejam em grandes ou menores quantidades, mas que estejam presentes na composição do produto são considerados parte da matéria-prima.

A mão de obra compreende o trabalho do homem sobre determinado produto, considera-se custo com mão de obra aquele relacionado a colaboradores ligados as áreas de produção da empresa e que tenham contato com o produto realizado, uma vez que há também aquela mão de obra classificada como despesa, descrita posteriormente. Cabe aqui não apenas os gastos com os salários, mas também os encargos sociais, férias, 13º salário, vale-transporte e refeição, além de quaisquer benefícios que o colaborador da área possua.

Os gastos gerais de fabricação por sua vez, correspondem aos demais gastos necessários para que os produtos sejam fabricados, mas que não podem ser considerados como matéria-prima nem mão de obra. Gastos como energia elétrica, depreciação, aluguel, entre outros.

2.2.4 Despesas

São gastos não incorridos diretamente no produto elaborado pela empresa, segundo Crepaldi e Crepaldi (2018, p.20), “são efetuados para a obtenção de bens e serviços aplicados na área administrativa, comercial ou financeira, visando, direta ou indiretamente, à obtenção de receitas”. Cabem aqui, os salários das áreas administrativas e seus respectivos encargos, eles não incidem diretamente sobre o

produto feito, portanto não entram na classificação de custo, mas sim despesa, além de gastos com comissões de vendas, encargos financeiros pagos, entre outros.

2.2.5 Investimentos

Os investimentos são gastos com bens que terão uma utilidade futura, conforme Crepaldi e Crepaldi (2018). Podem ser classificados como circulantes ou permanentes. No primeiro caso, por exemplo, corresponde à matéria prima que não será utilizada de imediato, compondo um estoque de matérias primas que terão uma utilidade futura. No segundo caso, podem-se considerar máquinas e equipamentos, pois são bens que uma vez adquiridos, continuarão tendo uma utilidade futura para a empresa por um longo período.

Crepaldi e Crepaldi (2018, p.20) afirmam que, “podem ser de diversas naturezas e de períodos de ativação variados: a matéria-prima é um gasto contabilizado temporariamente como investimento circulante; a máquina é um gasto que se transforma num investimento não circulante”.

2.2.6 Perdas

São gastos que não são intencionais, segundo Martins (2018) as perdas não se confundem com os custos e as despesas exatamente por sua anormalidade e involuntariedade, uma vez que não é um sacrifício feito visando a obtenção de receita. Como por exemplo, materiais que apresentarem defeitos e equipamentos com defeitos.

2.2.7 Desperdício

Bornia (2002) diz que desperdício é o esforço econômico que não agrega valor ao produto da empresa nem serve para suportar diretamente o trabalho efetivo. Manter o desperdício é sinônimo de prejuízo segundo Crepaldi e Crepaldi (2018), uma

vez que não é possível repassá-lo no preço de venda, o ideal é reduzir o desperdício ao mínimo possível.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS

Os custos podem ser classificados de acordo com sua apropriação nos produtos em que serão aplicados. Sejam eles matéria-prima, mão de obra ou gastos gerais com fabricação, conforme apresentado anteriormente, os custos poderão incorrer de maneira direta ou indireta no processo de fabricação.

2.3.1 Custo Direto

O custo direto tem como principal característica a aplicação específica para determinado produto e que possam ser mensurados de maneira clara e objetiva. Crepaldi e Crepaldi (2018, p.23) destacam que, “de maneira geral, associam-se a produtos e variam proporcionalmente à quantidade produzida”.

São aqueles diretamente ligados ao produto fabricado, mercadoria vendida ou serviço prestado. O custo direto deve ser apropriado ao produto de maneira exata, não cabendo quaisquer rateios. Para isso é necessário apenas uma medida de consumo, por exemplo, a matéria-prima pode ser mensurada em quilos, já a mão de obra através das horas, tornando-se necessário aqui medir o tempo investido na produção, Ribeiro (2009) aponta que a mão de obra direta é aquela facilmente identificada e compreende os gastos com quem trabalha diretamente na fabricação dos produtos.

2.3.2 Custo Indireto

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2018), os custos indiretos possuem uma natureza genérica, pois não é possível identificá-los imediatamente no custo. É necessário realizar cálculos mais detalhados para localizá-los, utilizando o rateio como principal critério.

Ribeiro (2009, p.5) diz que “os custos indiretos de fabricação são assim denominados porque não correspondem a gastos realizados especificamente para esse ou aquele produto”. Por exemplo, o aluguel de uma empresa que não possui prédio próprio é indispensável, e embora não esteja ligado diretamente a um produto específico ele beneficia todos os produtos fabricados pela empresa, pode-se então utilizar como critério para rateio a quantidade de metros quadrados ocupados por cada produto da empresa.

Ao analisar a mão de obra, nota-se que ela pode ser classificada tanto em custo direto, como visto anteriormente, quanto em custo indireto, Ribeiro (2009, p.124) destaca a classificação para custo indireto da mão de obra: “esse pessoal não age diretamente na fabricação desde ou daquele produto, porém, os serviços que prestam beneficiam a toda a produção em conjunto”.

Além destes citados, supervisão de fábrica, energia elétrica, gastos com manutenção, depreciação, entre outros, também podem ser considerados custos indiretos, bastando que não sejam facilmente atrelados e identificados a um produto da empresa.

2.3.3 Custo Fixo

A principal característica do custo fixo é que ele não varia em diferentes períodos de acordo com o volume de produção da empresa, o valor do gasto e desembolso será sempre o mesmo. No entanto, é interessante notar que quando se trata de valor por unidade, o custo fixo cai conforme a quantidade produzida sobe, ou seja, quanto maior for a produção, menor será o custo fixo por unidade, conforme Crepaldi e Crepaldi (2018). Por exemplo, valores pagos de aluguel, salários e encargos sociais da área de produção são alguns dos custos fixos.

Na Figura 2, Padoveze (2013, p.51) apresenta o comportamento do custo, conforme a quantidade produzida observa-se no eixo horizontal a quantidade produzida, e no vertical o gasto com custo fixo, nota-se que os gastos são inalterados mesmo com uma maior produção.

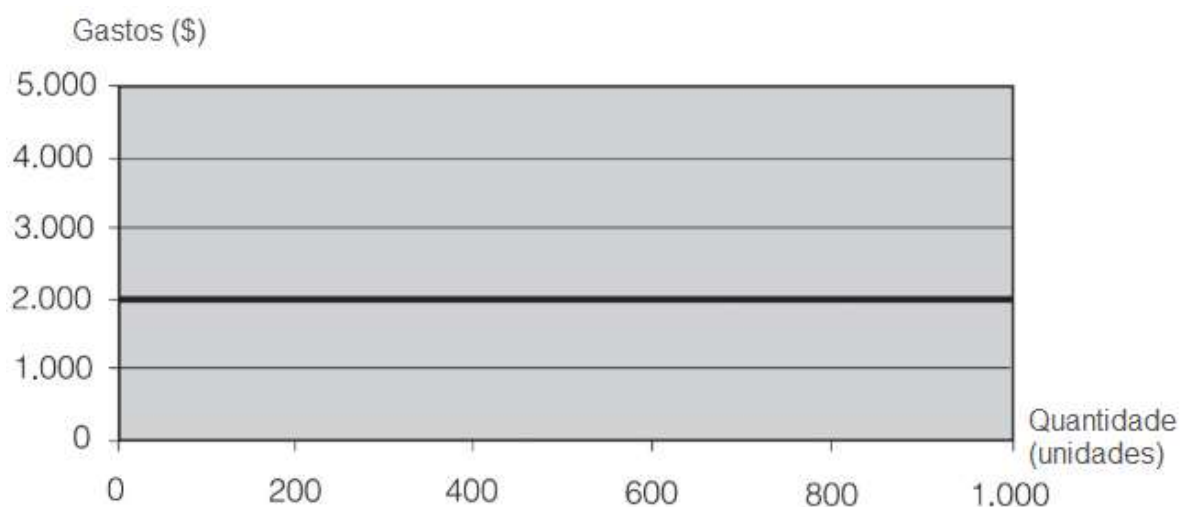


Figura 2 – Comportamento do Custo Fixo

Fonte: Padoveze (2013, p.51)

2.3.4 Custo Variável

O custo variável representa o exato oposto do custo fixo. Seu montante total vai variar de acordo com o volume da produção, uma vez que seu valor unitário é sempre o mesmo (CREPALDI e CREPALDI, 2018).

Crepaldi e Crepaldi (2018, p.25) destacam também que “os custos variáveis totais são aumentados ou diminuídos de acordo com o aumento ou diminuição da quantidade produzida. São aqueles cujos valores alteram-se em função do volume de produção ou atividades”. Como exemplo de custo variável é possível citar a matéria-prima consumida, material de embalagem, e até mesmo serviços tomados de terceiros que sejam remunerados por unidade produzida.

Padoveze (2013, p.52) apresenta o comportamento do custo variável, na Figura 3 demonstra no eixo horizontal a quantidade produzida, e no vertical os gastos, neste caso é possível ver que os gastos aumentam conforme a produção também cresce.

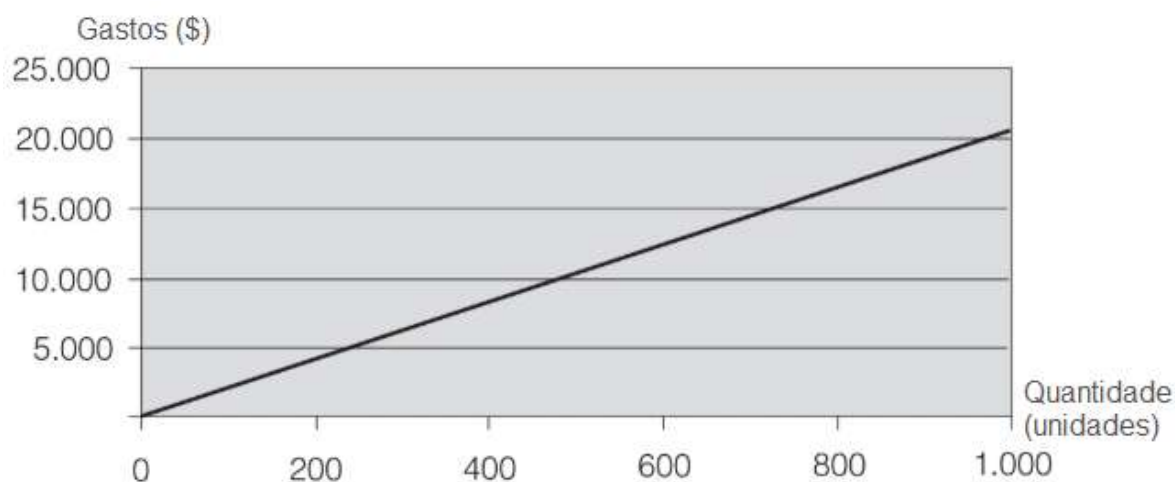


Figura 3 – Comportamento do Custo Variável

Fonte: Padoveze (2013, p.52)

2.4 MÉTODOS DE CUSTEIO

Para Padoveze (2013, p.190) o “método de custeio é o processo de identificar o custo unitário de um produto ou serviço ou de todos os produtos e serviços de uma empresa com base no total dos custos diretos e indiretos”. Em resumo, cada método é uma diferente forma de atribuir os custos aos produtos, mercadorias ou serviços. Cada empresa pode adotar diferentes métodos para realizar seu custeio, os principais são: custeio por variável, custeio ABC e custeio por absorção.

2.4.1 Custeio Variável

Segundo Crepaldi e Crepaldi (2018) o custeio variável tem como principal característica se pautar apenas nos custos variáveis, nele o custo de produção do período (CPP) leva em consideração apenas os custos variáveis incorridos no período, enquanto os custos fixos são levados diretamente para o resultado do período.

É interessante notar que neste método a apuração individual do custo de cada produto da empresa utiliza de maneira mais exata os recursos. No entanto, Crepaldi e Crepaldi (2018, p.161) destacam que:

“O custeamento direto é um conceito de custeamento e análise de custos para decisões de curto prazo, mas subestima os custos fixos, que estão ligados à capacidade de produção e de planejamento de longo prazo, podendo trazer problemas de continuidade para a empresa.” (CREPALDI e CREPALDI, 2018, p.161).

2.4.2 Custeio ABC

O custeio baseado em atividades (ABC), derivado do inglês *Activity-Based Costing*, se caracteriza por atribuir os custos aos produtos por meio das atividades. Ribeiro (2009, p.240) diz que “atividade é um conjunto de tarefas decorrentes da combinação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, que visa a produção de bens ou a prestação de serviços”, portanto, para determinar o custo de um produto pelo método ABC, são identificados os eventos que o respectivo produto consome e a ele atribuídos os valores de cada atividade. O custeio ABC é marcado também por uma melhoria contínua nos processos da empresa, nele pode-se visualizar o fluxo dos processos adotados e identificar quais os produtos são mais lucrativos com maior clareza.

Todavia, Crepaldi e Crepaldi (2018) destacam alguns pontos negativos, dentre eles o elevado gasto para a implantação do sistema, além de uma dificuldade para aplicar os controles internos, extrair informações e avaliar estes dados. Pelas desvantagens apresentadas, este trabalho segue na direção de não utilizar o método ABC.

2.4.3 Custeio por Absorção

O custeio por absorção se caracteriza por abranger todos os custos de produção do período, sejam diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, seu procedimento faz com que cada produto, mercadoria ou serviço absorva uma parcela desses custos relacionados a atividade da empresa, apontam Crepaldi e Crepaldi (2018). Para

apropriar os custos indiretos nos produtos da empresa, um sistema de rateios dos gastos é necessário. É possível utilizar para rateio diferentes critérios, cabe aqui utilizar o espaço ocupado por cada produto frente a toda área da empresa, ou então as horas de trabalho utilizadas em um produto baseado no total de horas trabalhadas pela equipe da empresa, entre outros.

Neste método o volume da produção influencia diretamente o resultado do custo, além de excluir os gastos que não são voltados para a produção. Ainda segundo Crepaldi e Crepaldi (2018, p.151) “a separação entre custo e despesa é essencial, porque nesse caso as despesas vão diretamente contra o resultado do período, enquanto os custos dos produtos não vendidos vão para o estoque”.

A Figura 4 apresenta o impacto do custo no resultado do período, onde em um primeiro momento o custo é direcionado ao estoque, para após a venda ser alocado no resultado, enquanto a despesa vai diretamente para o resultado.

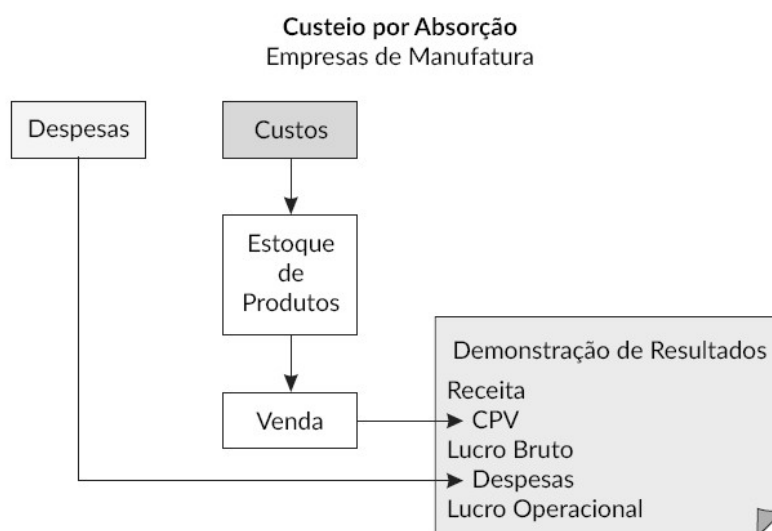


Figura 4 – Fluxograma do Custeio por Absorção

Fonte: Martins (2018, p.22)

Através da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) de número 16, que aborda os estoques, o Conselho Federal de Contabilidade (2017, p.4) diz que:

“Os custos de transformação de estoques incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas ou com as linhas de produção, como pode ser o caso da mão de obra direta. Também incluem a alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados” (CFC, 2017, p.4)

Vale ressaltar também que, de acordo com a legislação brasileira, o custeio por absorção é o modelo exigido para os processos contábeis. O Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, cita em seu artigo 302 o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1976 e que diz em seu art.13, § 1º que o custo de produção dos bens ou serviços que foram vendidos no período deve compreender, dentre outros itens:

- O custo de aquisição das matérias-primas e bens consumidos na produção;
- O custo do pessoal aplicado na produção, incluindo a supervisão;
- Os custos de locação, manutenção e reparo, além de seus respectivos valores de depreciação, dos bens aplicados na produção.

2.5 GESTÃO DE CUSTOS

A gestão de custos é uma ferramenta gerencial de relevante importância aos tomadores de decisões. Bornia (2009, p. 54) destaca que, “um conjunto de procedimentos, denominados análise de custo-volume-lucro, determina a influência no lucro provocada por alterações nas quantidades vendidas e nos custos”.

Também conhecida como análise CVL (Custo-Volume-Lucro) Wernke (2005, p.97) aponta ser “indispensável aos gestores das empresas que atuam em mercados de concorrência acirrada, principalmente se consideradas as diversas informações gerenciais que proporciona”.

A Figura 5 apresenta os três principais conceitos para gerar as informações da análise CVL.

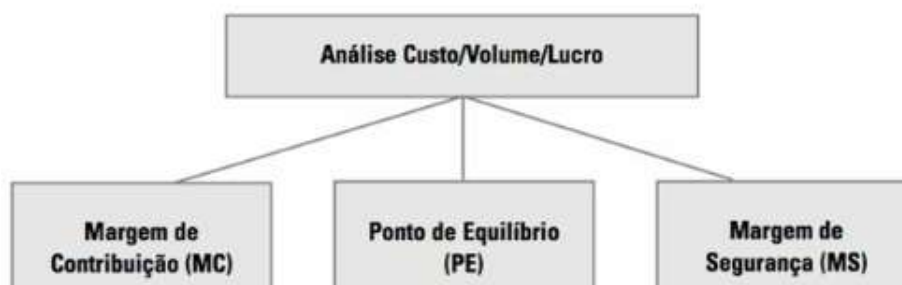


Figura 5 – Principais Componentes da Análise Custo-Volume-Lucro

Fonte: Adaptado: Wernke (2005, p.97)

2.5.1 Margem de Contribuição

Segundo Wernke (2005) a margem de contribuição (MC) é o valor monetário que expressa quanto cada unidade de produto comercializada pela empresa contribui para o pagamento dos gastos fixos mensais e geração de lucro. O valor de margem de contribuição unitária de um produto é dado pelo seu preço de venda unitário, subtraído de todos os custos variáveis unitários, conforme a equação:

$$\text{MC Unitária} = \text{Preço de Venda Unitário} - \text{Custos Variáveis Unitários}$$

Vale ressaltar que é possível também visualizar essa margem em valores percentuais ao dividir a margem de contribuição unitária por seu respectivo preço de venda. Bornia (2019) destaca que o valor percentual vai representar igualmente a parte das vendas que cobrirão os custos fixos e darão origem ao lucro, representando a parcela que cada unidade vendida vai contribuir para cobrir os custos fixos e originar o lucro, apresentado na equação:

$$\text{MC (\%)} = \text{Margem de Contribuição Unitária} / \text{Preço de Venda Unitário}$$

2.5.2 Ponto de Equilíbrio

O conceito do ponto de equilíbrio mostra o exato momento em que a empresa não obtém nem lucro, nem prejuízo. Onde a quantidade vendida é o montante necessário para pagar todos os gastos da empresa, conforme Wernke (2005). A Figura 6 apresenta um gráfico no qual é possível visualizar o conceito, no eixo vertical está representado o valor monetário e no horizontal as quantidades.

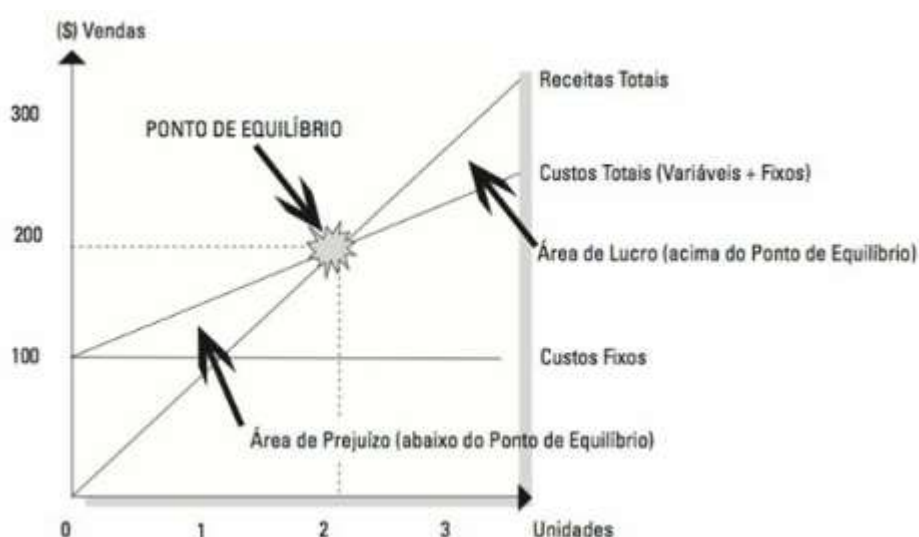


Figura 6 – Ponto de Equilíbrio

Fonte: Wernke (2005, p.119)

Bornia (2019) destaca ainda que alterações vão ocorrer no ponto de equilíbrio quando houver mudanças no preço de venda ou nos custos. No caso de um aumento do preço de venda, o equilíbrio vai depender de um menor número de quantidades vendidas, e vice-versa, caso as receitas diminuam, será necessário um maior número de quantidades vendidas. No caso dos custos, sejam eles fixos ou variáveis, caso ocorra um crescimento desses valores, o ponto de equilíbrio será deslocado para cima, necessitando assim de um maior número de vendas para atingir o ponto, e o contrário também ocorre, caso os custos diminuam, o equilíbrio será atingido com um menor número de vendas.

No entanto Bornia (2019) ressalta que, o conceito do ponto de equilíbrio tem ramificações: o ponto contábil, o econômico e o financeiro. Entre eles, a principal diferença está nos custos e despesas que serão considerados por cada um deles. No contábil, serão utilizados todos os custos e despesas necessários para o funcionamento da empresa. No econômico, incluem-se também valores relacionados à remuneração desejada, demonstrando a real rentabilidade da atividade. Já no financeiro, serão levados em consideração apenas os valores que refletem em reais desembolsos, desconsiderando, por exemplo, a depreciação, informando desta forma, quanto a empresa deve vender para não ter problemas de caixa. Na Figura 7, são apresentadas as respectivas fórmulas para o cálculo de cada modelo de ponto de equilíbrio descrito.

PEC unid. =	$\frac{\text{Custos Fixos \$}}{\text{Margem de Contribuição Unitária \$}}$
PE Fin. =	$\frac{\text{Custos Fixos (\$)} - \text{Depreciações (\$)} + \text{Dívidas do Período (\$)}}{\text{Margem de Contribuição Unitária (\$)}}$
PE Econ. =	$\frac{\text{Custos Fixos (\$)} + \text{Lucro Desejado (\$)}}{\text{Margem de Contribuição Unitária (\$)}}$

Figura 7 – Ponto de Equilíbrio - Fórmulas

Fonte: Adaptado: Wernke (2005, p.121-123)

2.5.3 Margem de Segurança

Bornia (2019) aponta que a margem de segurança (MS) demonstra quanto às vendas da empresa podem cair sem que ela comece a operar em prejuízo. De maneira objetiva, a margem de segurança vai demonstrar qual o valor excedente na receita da empresa em relação ao ponto de equilíbrio.

A margem de segurança pode ser expressa em unidades vendidas, valor monetário ou percentual, é necessário para tal utilizar as respectivas equações:

MS (Unidades) = Vendas Totais Realizadas (Unidades) – Vendas Totais (Unidades)
no Ponto de Equilíbrio

MS (\$) = Vendas Totais Realizadas (\$) – Vendas Totais (\$) no Ponto de Equilíbrio

MS (%) = Margem de Segurança (\$) / Vendas Totais Realizadas (\$)

3. ESTUDO DE CASO

Para que exista um gerenciamento dos custos bem-feito, é necessário antes, levantar os respectivos dados e informações pertinentes à empresa e seus produtos vendidos. Este trabalho seguirá a coleta de dados através do modelo chamado por Yin (2015) de Registros em Arquivo, onde serão analisadas fontes documentais.

Vale destacar ainda que, constantemente essas evidências tomam forma de arquivos computadorizados, para Yin (2015, p.113) “o pesquisador deve ter o cuidado de confirmar as condições sob as quais ela foi produzida, assim como sua exatidão”.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Todos os dados e evidências utilizados foram fornecidos pela microempresa estudada, localizada em Pindamonhangaba, São Paulo. Para esboçar a coleta de dados, é necessário entender onde e, em quais informações este trabalho se baseia. A empresa X, que foi estudada, atua no fornecimento de aço para a construção civil. Tendo iniciando suas atividades no ano de 2020, trabalha com vergalhões de aço montado, corte e dobra de aço, telas, treliças, pregos e arames. Para fins de estudos, serão utilizados os vergalhões de aço montado, e corte e dobra de aço pois, representam o maior volume de pedidos da empresa.

3.2 MÉTODO DE CUSTEIO UTILIZADO

Antes de se aprofundar nos dados coletados é importante entender qual método será utilizado para o posterior custeio. Neste trabalho foi adotado o custeio por absorção e, apenas para fins gerenciais, o custeio variável. A possibilidade de adotar outro método de custeio na empresa X foi analisada, entretanto, o custeio ABC foi descartado por razões que o inviabilizavam.

No método ABC, Crepaldi e Crepaldi (2018) destacaram o alto gasto para implantação do sistema, além de uma dificuldade para aplicar os controles internos,

extrair informações e avaliar estes dados. Estes argumentos levam o método ABC a ser descartado para o estudo nesta microempresa.

Já o custeio variável, subestima os custos fixos e considera apenas os custos variáveis, o que pode trazer dificuldades no planejamento a longo prazo segundo Crepaldi e Crepaldi (2018). Além de também não ser aceito para as demonstrações contábeis, conforme a legislação vigente, o que o torna um sistema auxiliar e utilizado na microempresa estudada apenas para fins gerenciais, como cálculo de margem de contribuição, ponto de equilíbrio contábil e margem de segurança.

Em conclusão, o principal método de custeio escolhido para este estudo de caso na empresa X é o custeio por absorção. Além de englobar todos os gastos da empresa, conforme Crepaldi e Crepaldi (2018), não requer a separação de gastos fixos e variáveis, mas apenas um sistema de rateio para que todos os produtos absorvam parte do custo, sendo mais atrativo e acessível para se implantar em uma microempresa. Ademais é legalmente aceito para as demonstrações contábeis conforme a legislação vigente.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS

É importante destacar neste momento que, para cada pedido recebido pela empresa há uma espessura diferente de aço. O material pode ser dividido em vergalhão CA-60, no qual as espessuras são menores (4,20 mm e 5 mm, por exemplo), e CA-50, com as maiores espessuras (10 mm e 12,50 mm, por exemplo). Vale destacar ainda que, tanto os pedidos de aço montado quanto de corte e dobra de aço, objetos do estudo em questão, podem usar os vergalhões CA-60 e CA-50, cabendo a decisão ao engenheiro responsável pelo projeto solicitado.

Portanto, nota-se que a matéria-prima utilizada na empresa X é a mesma para diferentes pedidos, indo de acordo apenas com a solicitação do cliente. Bem como a mão de obra incidente sobre os produtos, os colaboradores dedicam seus esforços tanto para o aço montado quanto para o corte e dobra, variando conforme o planejamento de produção do período.

Na figura 8 é possível ver vergalhões de aço na espessura de 10 mm e 8 mm, nota-se que visualmente as diferenças são sutis, embora fundamentais para a construção civil.



Figura 8 – Vergalhões de Aço 8 mm e 10 mm

Fonte: Elaborado pelo autor

No decorrer deste trabalho, será utilizada a expressão Produto A e Produto B, representando duas das espessuras de aço as quais a empresa trabalha.

3.4 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através dos registros em arquivo e fontes documentais. Os mesmos serão alvo de uma análise qualitativa, onde, por meio das informações que foram estudadas e mencionadas surgirá uma base para sustentar um direcionamento quanto a gestão de custos nas micro e pequenas empresas.

Vale ressaltar que todos esses dados se referem ao mês de julho/2020 e estão sujeitos a futuras alterações a qualquer momento. Eles foram extraídos de planilhas de *Excel* (que compõem controles internos), movimento financeiro (controlado pela empresa), e movimento contábil, fiscal e de folha de pagamento (estes serviços terceirizados).

3.5 DESCRIÇÃO DOS GASTOS DA EMPRESA

Para realizar sua operação a empresa estudada incorre os seguintes gastos mensalmente. No Quadro 1 os gastos estão classificados entre custos e despesas.

Gastos	Valor	Classificação
Salários e encargos produção	R\$ 7.105,87	Custo
Refeição funcionários produção	R\$ 1.364,00	Custo
Transporte funcionários produção	R\$ 300,00	Custo
Aluguel do galpão	R\$ 2.500,00	Custo
Energia elétrica	R\$ 150,00	Despesa
Água	R\$ 150,00	Despesa
Salários e encargos administração	R\$ 2.390,76	Despesa
Pró-labore	R\$ 4.000,00	Despesa
<i>Internet</i>	R\$ 94,90	Despesa
Honorários contabilidade	R\$ 600,00	Despesa
Software de gestão	R\$ 50,00	Despesa
Total	R\$ 18.705,53	

Quadro 1 – Gastos da Empresa

Fonte: Elaborado pelo autor

É importante destacar aqui que os gastos com água e energia elétrica estão classificados como despesas, pois, não há na empresa uma forma de segregar de maneira exata o percentual gasto nas áreas produtivas e administrativas, ademais os equipamentos utilizados não possuem consumo elevado, não sendo considerado pela própria empresa uma segregação relevante para água e energia elétrica.

Além disso, para o aluguel foi estabelecida a classificação de custo. Ele representa a locação de um galpão com a dimensão necessária para a realização das atividades da empresa, não sendo considerada como despesa, pois há apenas uma pequena sala onde está alocado o administrativo.

3.5.1 Rateio dos Custos

Como critério para ratear os custos indiretos da empresa foi utilizado a proporção das vendas, uma vez que o Produto A é responsável por apenas 20% das vendas, enquanto o produto B representa 80% das vendas, este percentual é uma média observada nas vendas realizadas pela empresa desde o início de suas atividades. Portanto, os valores dos custos terão seu rateio na proporção de 20% e 80% do total respectivamente. No quadro 2 pode-se visualizar os custos fixos e indiretos com seu devido rateio.

Descrição	Valor	Produto A (20%)	Produto B (80%)
Salários e Encargos	R\$ 7.105,87	R\$ 1.421,17	R\$ 5.684,70
Refeição funcionários	R\$ 1.364,00	R\$ 272,80	R\$ 1.091,20
Transporte funcionários	R\$ 300,00	R\$ 60,00	R\$ 240,00
Aluguel	R\$ 2.500,00	R\$ 500,00	R\$ 2.000,00
Total Custos Indiretos	R\$ 11.269,87	R\$ 2.253,97	R\$ 9.015,90

Quadro 2 – Rateio dos Custos da Empresa

Fonte: Elaborado pelo autor

3.5.2 Preço de Venda

O valor estipulado para preço de venda da empresa é baseado no mercado. Devido à forte concorrência no ramo do aço, e diferenças sutis entre empresas que vendem o mesmo produto, a empresa estudada adota em seu preço de venda um valor pareado com o mercado. No mês estudado (julho/2020), o preço de venda praticado pela empresa era de R\$ 5,97/Kg.

3.5.3 Custo Variável

É importante observar também, para fins gerenciais, quais fatores compõem o custo variável dos produtos.

Para aquisição de matéria-prima do produto A, encontra-se o valor de R\$ 4,69/Kg, enquanto para o produto B a matéria-prima custa R\$ 3,99. Em ambos os casos a empresa utiliza uma quantia de arame para efetuar as amarrações. Este, por sua vez, é utilizado em uma proporção de 2% do produto, seja A ou B, custando R\$ 8,90/Kg, logo, ele sai a R\$ 0,178 para cada quilo de produto vendido.

Por fim, englobando o custo variável está presente o imposto. Se tratando de uma empresa optante pelo Simples Nacional, e tendo uma alíquota efetiva de em média 4,50%, temos para cada quilo vendido (no valor de R\$ 5,97) um montante de R\$ 0,269 referentes ao Simples Nacional.

O quadro 3 demonstra individualmente os custos variáveis adotados pela empresa estudada.

Custos Variáveis	Valor	
Matéria-Prima Produto A	R\$	4,69
Matéria-Prima Produto B	R\$	3,99
Arame 2,0% do Quilo Vendido	R\$ 8,90	R\$ 0,178
Simples Nacional (PV R\$ 5,97/Kg)	4,50%	R\$ 0,269

Quadro 3 – Custos Variáveis

Fonte: Elaborado pelo autor

3.5.4 Margem de Contribuição

Para identificar a margem de contribuição de cada produto, antes é preciso verificar o preço de venda unitário, e seus respectivos custos variáveis unitários, já mencionados neste trabalho.

A margem de contribuição dos produtos A e B é encontrada através das equações e cálculos expostos a seguir.

$$\text{MC Unitária} = \text{Preço de Venda Unitário} - \text{Custos Variáveis Unitários}$$

$$\text{MC Unitária Produto A} = \text{R\$ } 5,97 - (\text{R\$ } 4,69 + \text{R\$ } 0,18 + \text{R\$ } 0,27) = \text{R\$ } 0,83$$

$$\text{MC Unitária Produto B} = \text{R\$ } 5,97 - (\text{R\$ } 3,99 + \text{R\$ } 0,18 + \text{R\$ } 0,27) = \text{R\$ } 1,53$$

MC (%) = Margem de Contribuição Unitária / Preço de Venda Unitário

MC Produto A (%) = R\$ 0,83 / R\$ 5,97 = 13,96%

MC Produto B (%) = R\$ 1,53 / R\$ 5,97 = 25,68%

Após realizados os devidos processos, foram localizadas as margens de contribuição expostas no quadro 4, em reais (R\$), e na coluna ao lado, em razão de contribuição (%).

Margem de Contribuição	MC R\$	MC %
Produto A	R\$ 0,83	13,96%
Produto B	R\$ 1,53	25,68%

Quadro 4 – Margem de Contribuição

Fonte: Elaborado pelo autor

Além de demonstrar a margem de contribuição do produto A e produto B, é importante calcular também a margem média, se baseando na proporção das vendas de 20% e 80% respectivamente, que é obtida através do cálculo feito na equação abaixo.

Margem média = (MC Produto A x Vendas Produto A) + (MC Produto B x Vendas Produto B)

Margem média = (13,96% x 20%) + (25,68% x 80%) = 23,34%

3.5.5 Ponto de Equilíbrio Contábil

Com os custos fixos e a margem de contribuição devidamente identificados, é possível calcular o ponto de equilíbrio contábil, onde a empresa estudada não irá apresentar nem lucro, nem prejuízo. Para o cálculo será utilizado o valor de R\$ 18.705,53, referente aos gastos fixos, e a margem de contribuição média do produto A e B, de 23,34%.

Utilizando a equação abaixo encontra-se um valor de faturamento de R\$ 80.146,42, o que representa um quantitativo de 13.425 toneladas para atingir o ponto de equilíbrio, sendo 2.685 toneladas do produto A (20% das vendas) e 10.740 toneladas de B (80% das vendas).

$$\text{Ponto de Equilíbrio Contábil} = \text{Custos Fixos} / \text{Margem de Contribuição}$$

$$\text{Ponto de Equilíbrio Contábil} = \text{R\$ } 18.705,53 / 23,34\% = \text{R\$ } 80.146,42$$

3.5.6 Margem de Segurança

A empresa almeja mensalmente um montante de vendas de 17.000 quilos, o que representaria uma receita de R\$ 101.490. Neste cenário, a margem de segurança é calculada conforme as equações a seguir.

$$\text{MS (Unidades)} = \text{Vendas Totais Realizadas (Unidades)} - \text{Vendas Totais (Unidades) no Ponto de Equilíbrio}$$

$$\text{MS (Unidades)} = 17.000 \text{ Kg} - 13.425 \text{ Kg} = 3.575 \text{ Kg}$$

$$\text{MS (\$)} = \text{Vendas Totais Realizadas (\$)} - \text{Vendas Totais (\$) no Ponto de Equilíbrio}$$

$$\text{MS (\$)} = \text{R\$ } 101.490 - \text{R\$ } 80.146,42 = \text{R\$ } 21.343,58$$

$$\text{MS (\%)} = \text{Margem de Segurança (\$)} / \text{Vendas Totais Realizadas (\$)}$$

$$\text{MS (\%)} = \text{R\$ } 21.343,58 / \text{R\$ } 101.490 = 21,03\%$$

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após extrair todos os dados pertinentes da empresa X, é possível ter uma visão analítica de seus custos, além de visualizar melhor a forma de gestão de seus gastos, sobre a ótica da microempresa estudada.

A empresa X apresenta em seu quadro de gastos fixos mensais um valor relativamente econômico, todavia, os custos indiretos e variáveis são consideravelmente altos, o que resulta em pequenas margens de contribuição. O impacto da margem de contribuição em níveis mais baixos é o montante de venda que a empresa deve realizar mensalmente, que é substancialmente elevado.

Embora não seja viável para empresa alterar seu preço de venda, uma vez que está pareado com o mercado, possuir a gestão de todos os gastos e conhecer o custo da empresa de um determinado período é importante para visualizar onde é necessário reduzir gastos desnecessários e em que se deve investir para melhor aplicação dos recursos.

Apurou-se uma margem de contribuição de R\$ 0,83 e R\$ 1,53, para o produto A e B, respectivamente, com isso, foi possível identificar uma contribuição média de 23,34%, o que representa o percentual que as vendas têm frente aos gastos.

Com isso, foi possível identificar o ponto de equilíbrio contábil. Nota-se que o ponto de equilíbrio é atingido em um volume de vendas próximo dos 13.500 quilos e R\$ 80 mil de faturamento. Neste ponto, a empresa poderá pagar toda sua operação, sem prejuízo, embora também não vá auferir nenhum lucro.

No gráfico 1, encontra-se no eixo vertical os valores em reais, e no eixo horizontal o montante das vendas em quilos. O ponto que marca o encontro entre as linhas de custos totais (fixos + variáveis) com a linha de receitas totais representa o ponto de equilíbrio da empresa X.

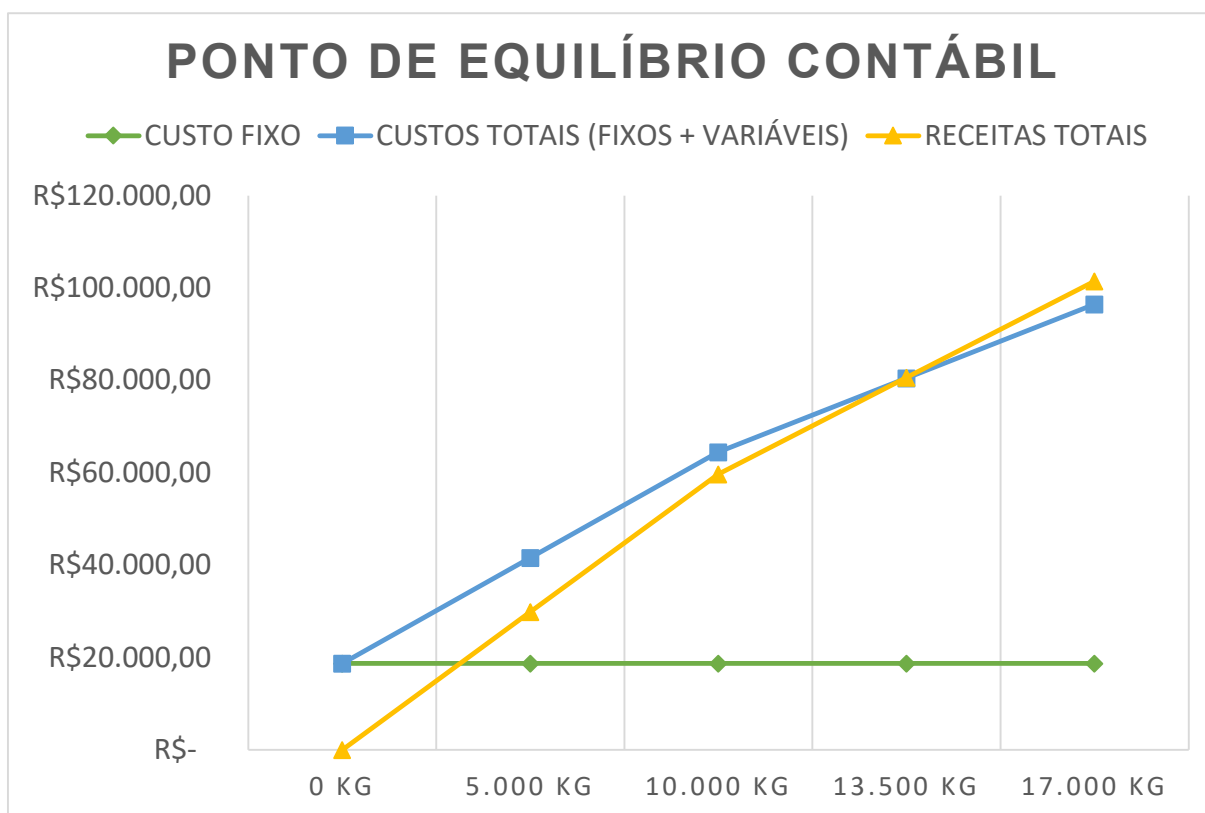


Gráfico 1 – Ponto de Equilíbrio Contábil

Fonte: Elaborado pelo autor

A empresa busca também atingir, mensalmente, uma margem de segurança, uma vez que este número representa o quanto as vendas podem diminuir sem que a empresa X comece a operar em prejuízo.

Como a empresa busca atingir 17 mil quilos por mês em vendas, o que representa um valor de receita próximo aos R\$ 101.000 é possível neste cenário operar com uma margem de segurança de aproximadamente 3.500 quilos mensais e R\$ 21 mil de faturamento. Valores estes que equivalem a um excedente em relação ao ponto de equilíbrio da empresa. Neste cenário, a margem de segurança representa 21% das vendas da empresa.

5. CONCLUSÕES

Conclui-se, portanto, a importância da gestão do custo para a microempresa que foi estudada. No estudo realizado foi possível analisar a formação de seus custos, bem como avaliar, através da informação coletada e estudada neste trabalho se as vendas são suficientes para suprir os gastos da empresa.

Para tal, o estudo utilizou os métodos de custeio por absorção e custeio variável. A utilização de ambos os métodos em conjunto possibilitou visualizar de maneira mais clara todos os custos e demonstrá-los para a empresa, tanto os fixos quanto variáveis, assim como os diretos e indiretos.

Além disso, o estudo servirá como uma excelente ferramenta para fins gerenciais na empresa. Há a possibilidade de traçar cálculos, através de equações elaboradas via *Excel* para o ponto de equilíbrio de vendas da empresa, dada sua estrutura de gastos, assim como sua margem de contribuição para cada unidade vendida (em quilogramas), e sua respectiva margem de segurança.

É válido destacar que, previamente à realização deste estudo a empresa possuía pequenos controles sobre seus gastos mensais. No entanto, todos eram simplificados e encontravam-se em fontes distintas e espalhadas, resultando em dificuldades no momento de tomada de decisões. Após a elaboração dos itens demonstrados, os controles ficaram uniformes e mais intuitivos para visualização, gerando uma informação mais ágil e compreensível.

Pode-se concluir também que, o problema exposto neste trabalho foi respondido, pois se percebeu a relação entre o conhecimento do custo da empresa e sua capacidade de tomadas de decisões mais assertivas. A partir desses dados obtidos a empresa estudada poderá entender melhor a estrutura de suas operações e ter uma visão mais concreta de seus gastos, além de melhor escolher onde e como investir seus recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORNIA, Antônio Cezar. Análise gerencial de custos em empresas modernas. 1 ed. Porto Alegre. Bookman, 2002.

_____. Análise gerencial de custos em empresas modernas. 3 ed. São Paulo. Atlas, 2019.

BRASIL. Lei Complementar n.123, de 14 de dez. de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em 26 de abr. de 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n.1.598, de 26 de dez. de 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1598.htm#art67>. Acesso em 25 de mai. De 2020.

BRASIL. Decreto n.9.580, de 22 de nov. de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm>. Acesso em 25 de mai. de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TG 16 (R2) – Estoques. Brasília. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. Contabilidade de custos. 6 ed. São Paulo. Atlas, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Anual. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1839>>. Acesso em 05 de abr. de 2020.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 11 ed. São Paulo. Atlas, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo. Atlas, 2008.

OBJETIVO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos Ltda. 2015. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/objetivo/>>. Acesso em 05 de abr. de 2020.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade de custos: Teoria, Prática, Integração com Sistemas de Informações (ERP). 1 ed. São Paulo. Cengage Learning Edições. 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos fácil. 7 ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Análise do CAGED. 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/flutuacao-do-emprego-e-desemprego-nas-mpe-2019detalhe57,3c9d19b546c79610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 14 de abr. de 2020.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira. 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/conjuntura-economicadestaque10,0a080b91762b3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em 05 de abr. de 2020.

SIMPLES NACIONAL. O que é o Simples Nacional?. 20-. Disponível em: <<https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Documentos/Pagina.aspx?id=3>>. Acesso em 26 de abr. de 2020.

WERNKE, Rodney. Análise de custos e preços de venda: Ênfase em aplicações e casos nacionais. 1 ed. São Paulo. Saraiva, 2005.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre. Bookman, 2015.

ZUINI, Priscila. 5 motivos que levam os empreendedores ao fracasso. 2012. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/pme/5-motivos-que-levam-os-empresarios-ao-fracasso/>>. Acesso em 26 de abr. de 2020.